

Eleições, Economia e Ciclo Político: uma Revisão da Literatura Clássica*

Ricardo Borges Gama Neto

Introdução

Nas democracias, a autoridade dos governos para regular a vida nas sociedades ocorre a partir da delegação dos cidadãos aos políticos, do uso do poder de Estado via eleições livres e limpas. Contudo, em nenhum regime democrático, os políticos são impositivamente obrigados a cumprir sua plataforma de campanha eleitoral. No entanto, para continuarem no poder, eles necessitam de apoio eleitoral dos cidadãos nas próximas eleições. Desse fato surge o seguinte questionamento: como os políticos que estão no governo manipulam ou não as normas que regulam a atividade econômica a seu favor?¹ É o que tenta responder uma abordagem teórica que tem sido desenvolvida na Economia Política desde os anos 1970: a teoria dos ciclos político-econômicos.

A argumentação básica da teoria dos ciclos político-econômicos é a de que nas democracias existe uma relação intrínseca entre o estado da economia e o apoio individual dos eleitores ao governo. Como afirmam Lewis-Beck e Stegmaier (2000, p. 211), dentre as questões de uma típica agenda do eleitor, a mais constante e de mais forte impacto é a situação da economia, e “o descontentamento do cidadão com a performance econômica aumenta substancialmente a probabilidade do eleitor votar contra o governo”.

A conturbada história política e econômica da América Latina nas duas últimas décadas do século passado possui vários exemplos de comportamentos oportunistas dos governantes na administração da política macroeconômica. O Plano Austral (1985), na Argentina, e o Plano Cruzado (1986), no Brasil, são muitas vezes percebidos como programas de estabilização macroeconômica que foram gerenciados para aumentar a popularidade do governo junto ao eleitorado. No entanto, o sucesso inicial de ambos foi substituído pelo fracasso no período pós-eleitoral,² marcado pela desorganização econômica, alta inflação e moratória da dívida externa.

Na última eleição presidencial brasileira (2006),³ o Executivo federal foi acusado, por parte da imprensa e pela oposição, de manipulação dos gastos públicos para favorecer a posição eleitoral do chefe do governo. Em 2005, os recursos do Orçamento federal para o principal programa social do Governo Lula, o Bolsa Família, foram de 4 bilhões de reais; em 2006, a União aumentou em 100% os recursos destinados ao programa. O desembolso com o Bolsa Família seguiu uma lógica eleitoral: em junho foram gastos 597,7 milhões de reais; no mês seguinte ocorreu um acréscimo de 60% no volume de recursos. No Nordeste, região que apresentava o maior índice de intenção de votos ao presidente Lula, o aumento em julho foi

* Este artigo é uma versão modificada de parte de minha tese de doutorado defendida em dezembro de 2007, na Universidade Federal de Pernambuco, que contou com o apoio financeiro de uma bolsa de doutorado da Capes. Agradeço os comentários do professor Marcus André Melo e dos dois pareceristas anônimos.

maior: 93% (de 245,8 milhões para 473,8 milhões de reais). O aumento dos gastos do governo com o Bolsa Família ocorreu principalmente nos meses mais próximos da eleição. Até junho de 2006, a média mensal de dispêndio com o programa era de 577 milhões de reais. “A partir daí, a média mensal (para se desembolsar todos os recursos orçados para 2006) aumenta em 44%, para R\$ 800 milhões, acompanhando meses eleitoralmente decisivos, como julho, agosto, setembro e, em caso de segundo turno, outubro)”.⁴

Na primeira parte deste artigo, apresentaremos os Modelos Oportunista e Partidário Não-racional, discutindo as contribuições de William Nordhaus e Douglas Hibbs. Na segunda parte, vamos analisar os Modelos Oportunista e Partidário Racional, apresentando as idéias de Kenneth Rogoff, Alberto Alesina, Torsten Persson e Guido Tabellini. Na terceira, faremos uma avaliação sobre a evidência empírica da existência de ciclos políticos, para então concluir.

Modelos Oportunista e Partidário Não-racional

Os estudos desenvolvidos pela Economia Política sobre a relação entre ciclos eleitorais e a economia procuram analisar de que forma os governantes influenciam a evolução da economia conforme suas expectativas de vitória ou derrota no pleito eleitoral futuro. Essa literatura vem se desenvolvendo desde meados dos anos 1970,⁵ particularmente pelos economistas norte-americanos William Nordhaus (1975) e Douglas Hibbs (1977).⁶ Estes pesquisadores estabeleceram os principais pontos de inflexão na teoria, divergindo principalmente sobre o papel dos partidos políticos, da ideologia, da racionalidade e das preferências dos eleitores.⁷ As primeiras pesquisas nesse campo de estudo

têm como unidade de análise os Estados Unidos e os países europeus.⁸ Com a expansão da democracia nos anos 1980, essa abordagem passa a ser utilizada para explicar o comportamento dos governantes em relação aos eleitores nos novos regimes democráticos.

A literatura sobre ciclos político-econômicos desenvolveu-se tendo como principal objeto de estudo o comportamento dos governos dos Estados nacionais. No entanto, no início da década de 1990, Rogoff (1990) já advertia sobre a necessidade de trabalhos empíricos que analisassem governos subnacionais e locais para melhor compreensão do fenômeno, com a vantagem de já haver maior número de observações para a análise empírica.⁹

Existem duas premissas básicas na teoria dos ciclos político-econômicos: (1) a opinião dos eleitores sobre o governo varia de acordo com o desempenho da economia – nível de emprego, taxa de inflação, custo de vida, carga tributária e crescimento econômico –, e o voto pode alterar essa situação a partir da troca de governos. Será a partir da avaliação do desempenho do governo que os eleitores decidirão penalizá-los ou não nas próximas eleições; e (2) o governo sabe qual avaliação os eleitores fazem das condições macroeconômicas do país: se negativa, ele irá buscar compatibilizar o estado atual da economia para o mais próximo possível do ideal esperado pelo eleitorado. Em uma situação negativa junto ao eleitorado, os governos podem ser tentados a explorar a chamada Curva de Phillips,¹ trocando mais emprego hoje por inflação num futuro próximo.

A análise do comportamento dos governos quanto à relação entre economia e votantes produziu quatro modelos empíricos centrais. Eles percorrem duas dimensões básicas: se o comportamento do governo é oportunista ou partidário (ideológico), e se o comportamento do eleitorado é racional ou não.

Quadro 1
Classificação dos Modelos de Ciclos Político-Econômicos

Eleitores	Governos	
	Modelos Oportunistas	Modelos Partidários
Comportamento não-racional	Nordhaus (1975)	Hibbs (1977)
Comportamento racional	Rogoff e Siebert (1988) Persson e Tabellini (1990)	Alesina (1987)

Fonte: Alesina, Roubini e Cohen (1997) *apud* Borsani (2003, p. 59).

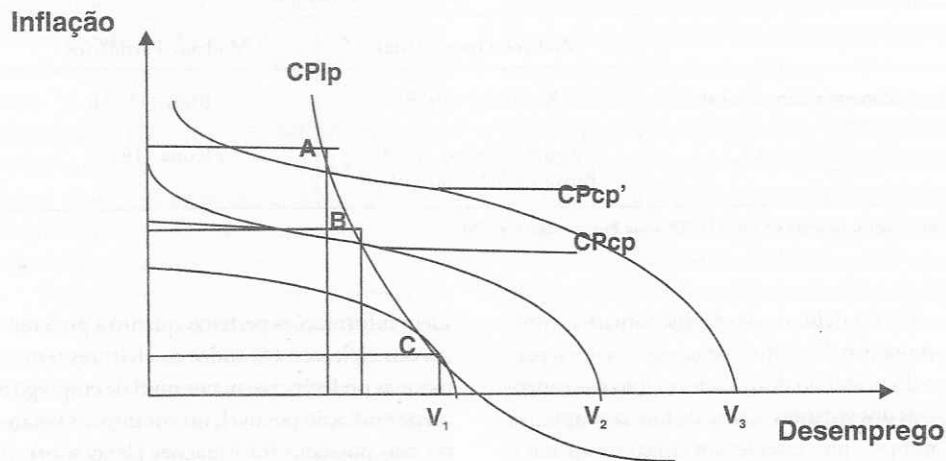
Os modelos da teoria que tomam o comportamento do eleitor como não-racional partem do princípio de que a formação das expectativas dos votantes ocorre de forma adaptativa e “míope”, pois estes levam em conta apenas o passado recente. Ao contrário, os modelos racionais defendem que os votantes agem conscientemente, de forma estratégica, e, dessa forma, não avaliam apenas o passado recente, mas também as repercussões futuras de suas escolhas.

O modelo de comportamento governamental elaborado por William Nordhaus (1975) é conhecido na literatura como Oportunista Não-racional, e se sustenta em cinco premissas básicas (as três primeiras referentes aos governantes e as duas últimas aos eleitores): (1) todos os políticos objetivam maximizar a probabilidade de se manter no poder, a oposição é sempre a segunda opção; (2) o partido no poder consegue interferir nos níveis de preços, desemprego e crescimento da economia através da manipulação das políticas monetária e/ou orçamentária. Essa interferência tem significativo impacto nos resultados eleitorais; (3) o sistema político encontra-se dividido em dois grupos (ou até mesmo em dois partidos): um no governo e outro na oposição; ambos pos-

suem informações perfeitas quanto à preferência dos eleitores; (4) todos os eleitores têm as mesmas preferências: maior nível de emprego e menor inflação possível; no entanto, os votantes não possuem informações claras sobre as preferências dos políticos; e (5) os eleitores são retrospectivos, suas escolhas são sempre baseadas no recente desempenho do governo.

De acordo com Nordhaus (1975), o ciclo econômico de curto prazo em uma economia pode ser caracterizado como uma Curva de Phillips normal, acrescentando-se as expectativas dos eleitores quanto à sua evolução.¹¹ O comportamento endógeno dos políticos é sempre buscar manter-se no poder. Assim, o dilema econômico pode ser representado como uma escolha pública entre desemprego *versus* inflação. Os políticos no governo são sempre tentados a fazer essa escolha, reduzindo o desemprego, se estiverem próximos da eleição em situação de desvantagem junto ao eleitorado. Caso o governo resolva intervir na economia, ele tornará a Curva de Phillips de curto prazo mais favorável. Contudo, a longo prazo, ela se tornará mais desfavorável. Os eleitores não têm informação sobre a natureza do *trade-off* entre essas variáveis macroeconômicas fundamentais.

Figura 1
Modelo Oportunista Não-racional



A Figura 1 representa a lógica do Modelo Oportunista Não-racional. Suponhamos que a economia no período anterior às eleições encontra-se no ponto C, que é um ponto na Curva de Phillips de longo prazo. Para aumentar seu poder eleitoral, o governo passa a adotar uma política econômica mais expansionista, acelerando o crescimento econômico e reduzindo o desemprego, que não é acompanhada por aumento significativo da taxa de inflação (representada pela Curva de Phillips pouco inclinada). Os eleitores são míopes e votam no partido do governo, tendo como referência da situação da economia o ponto B (que designa na realidade uma situação de desequilíbrio, mas ainda sustentável). Os votantes não percebem de imediato o aumento da inflação, ajustando suas expectativas mais lentamente do que a real situação da economia.

Após as eleições, o governo tem de adotar uma política econômica mais restritiva. O

aumento da inflação, derivado do desequilíbrio provocado, tende a produzir perdas futuras no bem-estar da sociedade. Se o governo não tentar reintroduzir a economia no ponto C, ela poderá aumentar o desequilíbrio e atingir o ponto A (o ponto mais desfavorável da figura).

As flutuações nos ciclos econômicos, produzidas pela interferência política, tendem a se repetir nas próximas eleições. Os eleitores, por sua vez, esquecem-se das recessões pós-eleitorais e se atêm mais às condições econômicas presentes. Assim, caso os políticos que estão no governo se sintam ameaçados por uma possível derrota eleitoral, eles procurarão estimular indevidamente o crescimento econômico antes das eleições, para depois, se vencerem, adotarem novamente políticas restritivas.

Foram realizadas várias críticas ao modelo de Nordhaus (1975). Uma delas, mais empírica, centra-se na capacidade real dos governos

de interferir na economia. Nos casos de países onde a política monetária é gerida por bancos centrais independentes, ela é bastante restrita. Mas a crítica mais séria refere-se ao comportamento não-razional dos votantes.

Com o desenvolvimento da teoria das expectativas racionais, o modelo de Nordhaus (1975) demonstrou suas limitações.¹² Surgiram trabalhos que buscavam conciliar a hipótese de ciclos econômicos induzidos politicamente com a idéia de que os votantes poderiam antecipar racionalmente as consequências das mudanças nas políticas econômicas.

A teoria das expectativas racionais¹³ afirma que os agentes econômicos, no nosso caso, políticos e eleitores, são racionais. Isso significa que suas decisões são operadas visando à maximização do ganho. Os atores buscam realizar a melhor escolha possível dentro das restrições existentes à sua ação. As decisões são focalizadas no futuro (*forward looking*); por isso, os agentes precisam coletar toda a informação não-enviesada disponível para a formação de suas expectativas. Assumindo que os eleitores possuem informações verdadeiras a respeito da dinâmica macroeconômica – crescimento econômico, inflação, estoque de moeda –, o governante não poderá utilizar as políticas econômicas de forma oportunista porque os eleitores votam racionalmente e possuem a mesma informação que o governo. Para a teoria das expectativas racionais, a situação da economia somente se afastará do esperado se houver um choque de informação causado por fatos não-previsíveis *ex-ante*.

Hibbs (1977) promove a primeira revisão do modelo de Nordhaus,¹⁴ e suas críticas centram-se, especialmente, em duas premissas básicas do Modelo Oportunista Não-razional: os eleitores têm idênticas preferências e o comportamento dos governos é sempre oportunista. Seu modelo adota a premissa de que os políticos são motivados por ideologias diferentes,

e procuram ganhar as eleições para adotar um programa de governo partidário.

O Modelo Partidário Não-razional, de Hibbs (1977, 1987a, 1987b), possui as seguintes premissas básicas: (1) os votantes são diferentes, com preferências heterogêneas e fixas (posicionamento ideológico) quanto às funções de utilidades individuais dos níveis de inflação, desemprego e crescimento. Os eleitores analisam a economia e escolhem, nas eleições, o partido da direita ou da esquerda. Como o de Nordhaus (1975), o modelo de Hibbs aceita que os eleitores votam retrospectivamente e são míopes; (2) o sistema político é composto por dois partidos, um no governo e outro na oposição. As preferências partidárias quanto ao estado ideal da economia são diferentes. Partidos de esquerda preferem mais emprego e crescimento, dando menos importância ao problema da inflação. Os partidos de direita têm preferências opostas, se preocupam mais com a taxa de inflação do que com o emprego e o crescimento. Por mais que desejem chegar ao poder, os partidos têm como objetivo principal implementar seus programas partidário-ideológicos.

Segundo Hibbs (1977, 1987a, 1987b), há diferentes combinações de desemprego e inflação na economia, e, em face disso, os eleitores possuem preferências heterogêneas de política econômica, pois cada uma dessas combinações gera diferentes efeitos distributivos. Uma política mais restritiva, que cause maior desemprego, afeta mais intensamente as classes trabalhadoras, enquanto uma política mais expansionista afeta as classes mais ricas. Esse pesquisador fundamenta suas hipóteses em várias pesquisas feitas nos Estados Unidos e Inglaterra, obtendo como resultado que a população de baixa renda preocupa-se mais com desemprego e os mais favorecidos com a inflação, diferentes preferências que estão cristalizadas no *continuum* ideológico esquerda-centro-direita.

Quadro 2
Preferências dos Partidos Políticos nas Sociedades Industriais Avançadas em Relação a Vários
Objetivos Econômicos

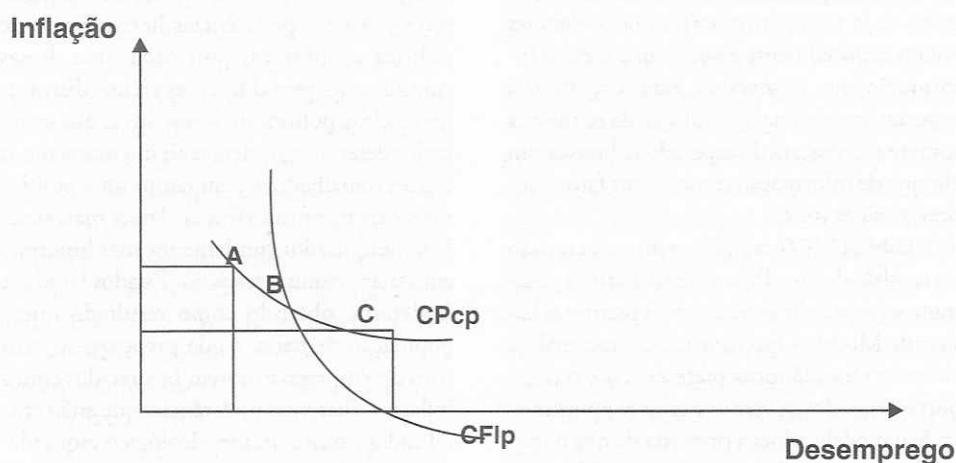
	Socialistas-trabalhistas	Centro	Conservadores
Importância decrescente de objetivos ↓	Pleno emprego Equalização da distribuição de renda		Estabilidade de preços
	Expansão econômica	Estabilidade de preços	
	Estabilidade de preços	Estabilidade econômica Pleno emprego Equalização da distribuição de renda	Equilíbrio na Balança de Pagamentos
	Equilíbrio na Balança de Pagamentos	Equilíbrio na Balança de Pagamentos	Expansão econômica
			Equalização da distribuição de renda

Fonte: Hibbs (1977, p. 1.471).

O resultado das eleições dependerá das condições econômicas existentes e da distribuição de preferências dos votantes. As classes trabalhadoras são mais sensíveis ao problema do desemprego, por isso tendem a votar em partidos de esquerda (socialistas e trabalhistas), as-

sumindo assim a possibilidade de uma inflação mais alta. A base eleitoral dos partidos conservadores é a classe mais abastada da sociedade (como os setores financeiro e industrial), que possui forte aversão ao risco de aumento da inflação.

Figura 2
Modelo Partidário Não-racional



A Figura 2 demonstra a dinâmica do Modelo Partidário Não-racional de Hibbs (1977). Imaginemos que a economia encontra uma situação de equilíbrio no ponto B, e que um partido conservador (de direita) vence o pleito eleitoral. O partido vence a eleição prometendo reduzir a inflação; então, ao assumir o governo, procura mover a economia ao longo da CPcp até atingir o ponto C. Como os resultados da nova política econômica são bastante defasados em relação à decisão do partido do governo de mover a economia ao longo da CPcp, Hibbs (1977, 1987a, 1987b) defende que a movimentação da Curva de Phillips de curto prazo tem pouco impacto sobre o ajuste das expectativas. O comportamento da curva de curto prazo é relativamente estável e os erros de previsão do passado têm pouco impacto na formação futura das expectativas.

Imaginemos o seguinte caso: a economia encontra-se no ponto C, e agora a vitória é de um partido de esquerda. A partir do modelo de Hibbs, irá ocorrer uma mudança na política econômica. O novo governo adotará medidas expansionistas até atingir o ponto A da figura, onde se encontram baixo desemprego e inflação acima do ponto de equilíbrio.

Essa estrutura bipolar (direita e esquerda) é enganosa, haja vista que, nas democracias, posições ideológicas extremas raramente têm ampla base no eleitorado. Na maioria das vezes, partidos e votantes de centro decidem a eleição. Outro fato importante a ser observado é que as políticas econômicas não são adotadas apenas como resultado da escolha do eleitorado. Alternância democrática não significa mudanças econômicas radicais.

Tanto o Modelo Oportunista de Nordhaus (1975, 1989) quanto o de Hibbs (1977, 1987a, 1987b) pecam em pelo menos três aspectos-chave: o primeiro relaciona-se às expectativas racionais dos atores – esses pesquisadores não aventam a possibilidade de o eleitorado comportar-se tão estrategicamente quan-

to os atores políticos; segundo, o caráter negativo dado *ex-ante* à influência governamental ou partidária nas políticas econômicas – ambos os ciclos político-eleitorais têm como resultado flutuações que produzem ineficiência a longo prazo; por fim, ambos os modelos produzem teorias rígidas de mudança política ao imaginarem resultados sempre idênticos. No Modelo Oportunista, o governo, *sempre* que estiver em dificuldade de se reeleger, irá procurar alterar a Curva de Phillips de curto prazo, gerando mais emprego, e depois adotando uma política mais restritiva para reduzir a inflação. No Modelo Partidário, um governo de direita *sempre* busca reduzir a inflação e o de esquerda estimular o emprego.

As falhas instrumentais dos modelos não-racionais de ciclos político-econômicos exigiram uma reformulação importante da teoria. O pressuposto da formação adaptativa das expectativas foi fortemente criticado, não apenas por ser altamente questionável a premissa de que os votantes são míopes, mas principalmente porque não é *crível* que o eleitorado seja eternamente enganado. Os atores econômicos e os votantes logo aprenderiam como os governos se comportam, e antecipariam as conseqüências das escolhas *sempre fixas*. Não é *crível* também que os governos possam manipular sistematicamente a economia, provocando ciclos de inflação e desemprego específicos.

Modelos Oportunista e Partidário Racional

A partir dos anos 1980, novos modelos de ciclos político-econômicos surgem no desenvolvimento da teoria, incorporando a perspectiva dos eleitores como atores racionais. Rogoff (1990) e Persson e Tabellini (1990) assumem esta posição, elaborando um Modelo Oportunista Racional que incorpora à Curva de Phillips clássica (inflação *versus* desemprego) um termo que mede a competência governamental. Essa

competência pode ser definida como a capacidade do governo de resolver problemas no momento em que surgem, e gerenciar o funcionamento da economia da forma mais eficiente possível.

O Modelo Oportunista Racional elaborado por Persson e Tabellini (1990) possui como premissas: (1) todos os votantes têm idêntica preferência: maximizar a utilidade esperada de seu bem-estar; (2) o sistema partidário é composto por dois partidos, um no governo e outro na oposição, e a primeira preferência dos políticos é manter-se no poder; (3) as eleições são independentes, as condições nas quais ocorreram a anterior são únicas e não afetam diretamente a eleição posterior; (4) o equilíbrio da economia pode ser representado por uma Curva de Phillips com expectativas aumentadas, adicionando um termo que mede a competência do governo; e (5) as expectativas dos eleitores sobre a inflação são racionais.

A reeleição de um governo depende de quão competente ou não ele pareça diante do eleitorado. O governo procura demonstrar ser mais competente do que é aos eleitores, aumentando o nível de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) perto do período eleitoral. Os governos procuram utilizar a política monetária para aumentar a taxa de crescimento da economia. A hipótese central do Modelo Oportunista Racional de Persson e Tabellini (1990) é que os ciclos políticos acontecem em razão da diferença temporal entre o momento em que ocorre a inflação e o conhecimento desta pelos eleitores (a informação sobre a inflação é assimétrica, os governantes conhecem primeiro do que a população). O crescimento econômico surge sempre primeiro no cenário político e a inflação depois.

O modelo de Rogoff (1990) diferencia-se especialmente do anterior por centrar sua análise na crença de que os governos utilizam principalmente o gasto público e as políticas fiscais como mecanismo de produção de ciclos eleito-

rais. Nesse caso, a competência deve ser medida como a capacidade do governo de produzir mais bens e serviços dentro de determinada restrição orçamentária. No período pré-eleitoral, o governo é incentivado a comportar-se de forma a reduzir o nível de impostos abaixo do ótimo e os gastos acima do ideal.

Ambos os modelos de ciclos político-econômicos defendem que a expansão da economia, que se materializa em maior inflação e menos desemprego, ocorre pouco antes das eleições. Contudo, não ocorre recessão pós-eleitoral, como preconiza Nordhaus (1975). O governo competente distorce a economia para mais à frente resolver o problema, o que o torna mais competente ainda. Rogoff e Silbert (1988, p. 12) afirmam que

[...] it should be emphasized that elections are not necessarily a bad thing, just because they result in excessive inflation or a suboptimal distribution of tax distortions over time. By holding elections, the public get a more competent government, on average.¹⁵

O último modelo de ciclos eleitorais é o Partidário Racional. Alesina e Rosenthal (1985) e Alesina (1987, 1988), utilizando a teoria das expectativas racionais¹⁶ e elementos do modelo partidário de Hibbs, encontraram fortes evidências do impacto das eleições legislativas que ocorrem no meio do mandato dos presidentes norte-americanos (*midterm*) sobre as preferências das políticas econômicas executadas. Quando os eleitores tendem a fornecer maioria parlamentar à oposição, como forma de moderar as preferências econômicas do governo, as políticas econômicas passam a refletir uma mescla das preferências dos partidos democratas e republicanos.¹⁷

No modelo proposto por Alesina (1987, 1988), a economia é apresentada por uma Curva de Phillips acrescida de expectativas. É introduzida também uma nova variável, o cres-

cimento real dos salários, que sofre aumento antes da inflação. Para Alesina, no sentido de antecipar as conseqüências da nova situação política, os agentes econômicos tentam fixar determinada taxa de crescimento nominal para os salários, igual à inflação esperada. Como observa Drazen (2000, p. 254), “[...] nominal wage increases reflect rationally anticipated inflation at the time the contracts is signed [...]”.¹⁸

As premissas do Modelo Partidário Racional são as seguintes: (1) os votantes escolhem partidos que prometem maximizar sua utilidade esperada. Os eleitores possuem preferências heterogêneas em relação aos principais índices da economia (inflação, desemprego e crescimento econômico), e é a partir da convergência entre suas preferências pessoais com os programas partidários que decidem escolher em quem votar; (2) o sistema partidário é composto por dois partidos ideologicamente diferenciados. Os partidos possuem preferências distintas quanto à Curva de Phillips, os de direita preocupam-se com a inflação e os de esquerda com o desemprego e o crescimento econômico; (3) o equilíbrio da economia pode ser representado por uma Curva de Phillips com expectativas aumentadas; e (4) as expectativas dos eleitores sobre a inflação são racionais.

O ciclo político é decorrente da incerteza quanto ao resultado do processo eleitoral. As expectativas sobre a inflação futura depende de quem vai ganhar as eleições. Todos os eleitores individualmente têm suas preferências quanto à taxa de inflação e os benefícios do crescimento dos salários; contudo, a distribuição das preferências dos eleitores é desconhecida. Não obstante, os partidos e votantes serem racionais, eles não conseguem prever com exatidão quem ganhará a eleição. Caso contrário, se houvesse certeza dos resultados, não haveria ciclos, isto porque, sendo os atores racionais, antecipariam as conseqüências econômicas das eleições. No modelo de Alesina (1987, 1988), os eleitores são prospectivos, conhecem as pre-

ferências partidárias, o que lhes permitem antecipar a política econômica a ser adotada. Isto permite aos atores calcular o que pode ocorrer com a probabilidade de vitória de cada partido quanto à inflação.

Alesina (1987, 1988) imagina um modelo de jogos repetidos, onde um partido ganha um mandato dividido em dois períodos claros: um eleitoral e outro não eleitoral. Ambos os partidos possuem preferências positivas em relação ao crescimento econômico. Independentemente da ideologia, as variáveis que separam os dois contendores em campos opostos são inflação e salários. Supondo que um partido de esquerda ganhe a eleição, no primeiro período do mandato haverá incentivo à expansão econômica, com inflação mais alta e desemprego abaixo da taxa natural. Caso o vitorioso seja um partido de direita, o processo será diverso, com crescimento econômico mais restrito, inflação mais baixa e desemprego acima da taxa natural.

Na segunda fase do mandato, uma vez conhecido o partido vitorioso e a política econômica adotada, não existe fator de incerteza, todos os atores na sociedade são capazes de antecipar as conseqüências econômicas do resultado eleitoral,¹⁹ procurando maximizar sua utilidade esperada. Desfeita a incerteza inerente às eleições, as taxas de crescimento e inflação tendem, no futuro próximo, a se tornarem neutras; desta forma, o ciclo econômico induzido economicamente logo desaparece.²⁰ O modelo proposto por Alesina (1987, 1988) promulga que as flutuações cíclicas da inflação e do emprego são de curto prazo, ocorrem apenas na primeira fase do mandato e decorrem da disputa eleitoral. Hibbs (1977), ao contrário, acredita que o ciclo ocorre durante todo o governo.

Drazen (2000) apresenta um sumário das principais críticas realizadas ao Modelo Partidário Racional de Alesina. A primeira delas refere-se à questão da antecipação dos salários antes das eleições. Drazen observa que se os agentes econômicos são racionais, eles tenderiam, com

a experiência adquirida com as flutuações econômicas pré-eleitorais, a adiar qualquer tomada de decisão, especialmente quanto a aumento de salários, até conhecer o resultado das eleições. Uma segunda crítica, mais empírica, afirma que o modelo de Alesina, com dois partidos, somente é aplicável aos Estados Unidos, onde os partidos não possuem diferenças ideológicas significativas, produzindo ciclos eleitorais de curta duração. Contudo, as diferenças ideológicas e as interações partidárias nos legislativos dos sistemas multipartidários são mais complexos que a realidade norte-americana faz crer. Por fim, a questão da incerteza. Segundo Drazen (2000, p. 266),

the final criticism concerns the central role player by uncertainty about who will win an election. The rational partisan model predicts a positive correlation between the extent of the electoral surprise and the size of post electoral movements in real economic activity. If an election outcome can be well predicted, there should be little uncertainty about monetary policy after the election, and hence little effect on economic activity.²¹

Contudo, quando considerados individualmente, o grau de incerteza do processo eleitoral pode ser bastante variado, e seu impacto sobre o ciclo eleitoral difícil de ser medido.

Evidência Empírica dos Ciclos Políticos

Terminamos a seção anterior destacando a dificuldade de medição do impacto do processo eleitoral sobre a dinâmica macroeconômica. Como foi visto, a noção central da teoria dos ciclos eleitorais é de que a trajetória de uma economia pode ser afetada por motivações políticas dos governos, especialmente as de cunho eleitoral. Por mais lógica que essa afirmação pareça, ela não é incontestada, ao contrário, há forte questionamento sobre a

evidência empírica de que os governos, em face do risco de perderem as próximas eleições, alteram deliberadamente a política macroeconômica para afetar a Curva de Phillips de curto prazo. Drazen (2000, p. 238) afirma claramente que:

the opportunistic model has been widely tested econometrically both for the United States and for other countries, with the bulk of studies finding little support for the basic Nordhaus model of a political cycle in economic activity [...] It is neither possible nor useful to summarize all of the studies except to say there is fairly clear rejection of the simple model for the United States.²²

No entanto, ele considera que há evidências que corroboram a validade dos modelos de ciclos partidários.²³ Clark (2003) discorda. Franzese Jr. e Jusko (2006) destacam que a análise comparada dos ciclos eleitorais demonstra que, na realidade, há profunda inconsistência nos resultados empíricos.²⁴

Norpoth (1985, p. 180 *apud* Lewis-Beck e Stegmaier, 2000) afirma que há pouca dúvida de que o estado da economia seja importante para a popularidade presidencial norte-americana;²⁵ o problema real é saber quais variáveis contam para a análise empírica e como elas se estruturam.

Os modelos empíricos utilizam diversas variáveis independentes:²⁶ Nordhaus (1975), desemprego; Tufte (1978), desemprego, renda e popularidade do candidato; Hibbs (1977), desemprego; Hibbs (1987), renda pessoal; Lewis-Beck e Paldam (2000), popularidade e PIB; Krause (2004), crescimento da renda pessoal. Nos últimos anos, os pesquisadores da teoria dos ciclos políticos têm tentado equacionar o problema da validade das variáveis independentes e dependentes e das medidas de comparação que devem ser empregadas. Não parece haver uma resposta única. De acordo com Lewis-Beck e Stegmair (2000, p. 211):

[...] the answer varies from country to country. It could be unemployment, inflation, or growth, perhaps measured perceptively, perhaps at a lag. That measurement variability is not a theoretical weakness. Rather, it incorporates, as it should, the institutional history of economic performance and statistical reporting in that particular country. Also, it is in harmony with the value of specifying political context, as is done in the positive cross-national studies. Electoral institutions, which shape the distribution of political economic responsibility in a nation, can affect much. Where government is led by one party, rather than several in coalition, the economy-polity link is especially firm.²⁷

O Modelo Oportunista de Nordhaus (1975) serviu de referência para a maioria dos estudos posteriores sobre o problema. Examinando a relação entre taxa de desemprego e eleições nacionais para nove países entre 1947 a 1972, esse autor encontrou evidência de ciclos eleitorais sobre o nível de emprego para os Estados Unidos, Alemanha e Nova Zelândia. Os dados demonstraram modesta indicação para França e Suécia, e nenhuma para Austrália, Japão e Inglaterra. Nordhaus destaca que o comportamento da taxa de desemprego nos Estados Unidos comporta-se como predito pela teoria nas eleições de 1948, 1952 e 1956. Antes da disputa eleitoral, elas declinavam acentuadamente para logo depois do fim das eleições aumentarem novamente. A taxa de desemprego também declinou antes das eleições de 1964 e subiu depois das eleições de 1968, voltando a cair antes de 1972.²⁸

Ainda nos anos 1970, um conjunto importante de trabalhos – Wright (1974), Tufte (1978), Fair (1978), Frey e Schneider (1978) e MacRae (1977) – corroboram de forma geral às conclusões de Nordhaus (1975). Contudo, a partir do final da década começaram a surgir críticas severas à hipótese de que o governo altera a dinâmica da economia para melhorar sua

posição junto ao eleitorado. McCallum (1978), perfazendo os passos de Nordhaus, não encontra evidência empírica da existência de ciclos político-econômicos nas taxas de desemprego, em períodos pré-eleitorais nos Estados Unidos, entre 1948 a 1976. Lachler (1978), Golden e Poterba (1980) e Beck (1987) também criticam a falta de consistência empírica da teoria dos ciclos eleitorais.

Tufte (1978) apresenta evidências de expansão da quantidade de moeda ofertada pelo Federal Reserve (FED), em decorrência de períodos eleitorais entre os anos 1950 e 1970. O ciclo eleitoral seria caracterizado por uma política monetária expansionista nos dois anos anteriores às eleições, para ser reduzida nos posteriores. Essa afirmação era interessante, pois entrava em confronto com a visão comum do elevado nível de autonomia do FED *vis-à-vis* às disputas políticas nacionais. Beck (1987) observa que o agregado monetário nos Estados Unidos das décadas de 1960 a 1980 realmente parece apresentar um comportamento cíclico. Contudo, ao acrescentar no modelo econômico *dummies* para representar as eleições, não encontra evidências de comportamento oportunista do FED por motivações políticas. Beck (1987) afirma que banco central norte-americano não altera sua política monetária antes das eleições e que o comportamento da moeda era, na realidade, uma acomodação passiva a ciclos eleitorais fiscalmente induzidos.

Alesina, Roubini e Cohen (1997), num extenso trabalho comparativo, testaram a hipótese da existência dos ciclos políticos para os Estados Unidos e para mais dezoito países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). As regressões de dados de painel demonstraram haver pouca evidência de ciclos eleitorais oportunistas nas variáveis macroeconômicas norte-americanas, inexistem sinais de que a economia cresça mais rápido, que a taxa de desemprego seja mais baixa, mesmo que ocorra aumento de inflação

em razão das eleições. O mesmo resultado foi encontrado para os demais países da OCDE. Ciclos eleitorais foram detectados nas taxas de crescimento do PIB e da inflação em apenas dois países: Nova Zelândia e Alemanha. Alesina, Roubini e Cohen (1997) também pesquisaram a possibilidade de haver ciclos eleitorais em relação à política monetária. Foi encontrada correlação positiva entre eleições e taxas de expansão da moeda para o conjunto dos países da OCDE; contudo, não foi encontrada a mesma evidência para os Estados Unidos.

Os estudos sobre os ciclos políticos têm majoritariamente como objeto os Estados Unidos e países da OCDE. No entanto, nos últimos anos, a produção acadêmica sobre os países em desenvolvimento tem crescido de forma consistente. De forma geral, tais estudos tentam comparar a capacidade explicativa dos modelos clássicos com seus dados econômicos.

A falta de consistência empírica de muitas análises baseadas em modelos clássicos tem feito os pesquisadores buscarem novos subsídios teóricos, como o neo-institucionalismo econômico, para demonstrar como o *design* institucional pode impactar a relação entre política e economia. É provável que os ciclos políticos sejam mais perceptíveis em determinadas condições políticas, como, por exemplo, alta fragmentação legislativa e fracas regras de controle de gastos.²⁹

O trabalho mais importante sobre a existência de ciclos políticos na América Latina foi realizado por Hugo Borsani (2003), que, a partir da análise dos três agregados macroeconômicos básicos (variação do PIB, inflação e desemprego) para um conjunto de doze democracias entre 1979 e 1998, encontrou evidências da influência da lógica eleitoral sobre a economia. Contudo, o estudo adverte que as teorias clássicas não podem explicar completamente essa dinâmica. As análises estatísticas confirmaram que após as eleições houve menor crescimento do PIB, maior desemprego e inflação. A hipótese de que haja melhora dos índices eco-

nômicos antes do período eleitoral só se confirma porém quando o Executivo possui maioria legislativa e, mesmo assim, essa melhoria restringe-se ao PIB. Outro achado importante corrobora a teoria dos ciclos partidários: o desemprego aumentou mais nos governos de direita do que nos de esquerda e centro. Entretanto, a ideologia não parece impactar sobre a variação do PIB e da inflação.

No Brasil, os estudos sobre ciclos eleitorais encontram-se em franco desenvolvimento. Os trabalhos têm um viés majoritariamente econômico e preocupam-se, principalmente, com o impacto das eleições sobre o gasto público e os agregados macroeconômicos (Fialho, 1997; Preussler e Portugal, 2002; Salvato *et al.*, 2007).

Fialho (1997), utilizando como variável independente o crescimento do PIB, afirma que há evidência empírica de ciclos eleitorais sobre a dinâmica da economia nacional: evolução real do PIB e expansão dos meios de pagamento. Contudo, um fato interessante destaca-se na análise: não foram encontrados indícios de mudanças no comportamento das taxas de inflação e de desemprego em decorrência das disputas eleitorais. Outro elemento importante a ser destacado é que, para a autora, os ciclos políticos apresentam-se como um fenômeno novo na economia brasileira, surgida a partir do processo de abertura política e redemocratização.

Preussler e Portugal (2002), que fazem severas críticas à metodologia de Fialho (1997), encontram evidências de comportamento oportunista do governo federal em relação à taxa de inflação, mas não ao crescimento do PIB e à taxa de desemprego. Salvato *et al.* (2007, p. 13), no mesmo sentido, afirmam que, no Brasil, para se manterem no poder, os governantes adotam “políticas econômicas expansionistas que geram distorções fiscais nas contas públicas”.

Os estudos sobre os governos subnacionais brasileiros também têm demonstrado que

o comportamento das políticas fiscal e de gastos públicos, depois da redemocratização, tem sofrido significativa influência do ciclo eleitoral (Teixeira, 2001; Cossio, 2001; Gama Neto, 2007). No entanto, mudanças no desenho federativo, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, abrem uma nova agenda de pesquisa, introduzindo uma nova variável nos modelos: o impacto que as novas restrições hierárquicas de gastos tem sobre a discricionariedade dos governos estaduais em suas políticas de despesas, especialmente gastos sociais, despesa de pessoal e previdência dos servidores aposentados nos anos eleitorais (Souza, 2008).

A hipótese central da teoria dos ciclos políticos, de que os governos podem interferir na evolução da economia para melhorar sua posição junto ao eleitorado, ainda carece de evidências sólidas. Os testes estatísticos parecem dar maior suporte empírico à influência do governo na economia, como decorrente da ação de políticas relacionadas a gastos governamentais e políticas tributária e fiscal, com pouca influência sobre a Curva de Phillips de curto prazo. O impacto das eleições sobre a evolução dos agregados macroeconômicos parece ser menos claro. A utilização de novas variáveis como fragmentação legislativa, radicalização ideológica, entre outras, traz novas perspectivas na busca da evidência empírica dos ciclos eleitorais.

Conclusão

Neste trabalho, apresentamos as principais teorias dos ciclos político-econômicos: de um lado os modelos Oportunistas e de outro os Partidários. Suas premissas básicas são: primei-

ra, a avaliação dos eleitores sobre o governo varia de acordo com o desempenho da economia e o voto pode alterar essa situação a partir da troca de governos (os elementos centrais dessa avaliação são os agregados macroeconômicos básicos: nível de emprego, taxa de inflação e crescimento do PIB); segunda, o governo tem conhecimento sobre qual avaliação realizam os votantes das condições econômicas do país, e se essa avaliação for negativa, ele irá buscar compatibilizar o estado atual da Curva de Phillips para o mais próximo possível do ideal esperado pelo eleitorado. Apesar das premissas serem bastante lógicas, até o momento inexistem evidências empíricas incontestes.

Os diversos modelos da teoria dos ciclos político-econômicos foram submetidos à extensiva comprovação, e, de forma geral, os trabalhos sobre o tema demonstram que os governos podem utilizar as políticas econômicas como instrumento para melhorar sua posição nas futuras eleições. Contudo, seu efeito não é generalizado e talvez ocorra em determinadas circunstâncias. A natureza do regime político, presidencialista ou parlamentarista, a ideologia do partido do governo, a radicalização ideológica no parlamento e as restrições institucionais ao gasto também afetam consideravelmente a relação entre o estado da economia e a lógica da estratégia eleitoral. Concretamente, a fraca correspondência entre o que prega a teoria e os resultados empíricos, em vários casos, sugere a necessidade de recondução de novas pesquisas, buscando uma reconciliação entre os modelos Oportunistas e Partidários e uma rediscussão da noção de racionalidade dos eleitores e agentes econômicos.

Notas

- 1 A legitimidade da democracia contemporânea decorre de seu funcionamento, que é resultado de um *fino ajuste* entre os instrumentos institucionais de autorização, voto através de eleições livres, e os instrumentos institucionais de fiscalização das ações dos governantes, *accountability*. Na hipótese central da teoria dos ciclos políticos está embutida uma questão normativa séria:

como a sociedade pode garantir que o governo não altere a política econômica de forma oportunista? A principal função do voto nas democracias é punir ou premiar os representantes políticos e o governo. Porém, como é possível o eleitor avaliar a qualidade das políticas públicas governamentais em relação às respostas exigidas pela agenda pública se os governos discricionariamente podem mudar a situação da economia, aumentando, durante curto prazo, o grau de satisfação ou insatisfação do eleitorado?

- 2 O Plano Real também é acusado de ter sido dirigido eleitoralmente. A oposição argumentava que o lançamento da nova moeda, em substituição à Unidade Real de Valor (URV), em julho de 1994, tinha claramente o objetivo de garantir a vitória do candidato do governo, o então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso.
- 3 O mesmo pode ser dito da questão cambial na eleição presidencial de 1998.
- 4 Disponível em: <http://contasabertas.uol.com.br/noticias/detalhes_noticias.asp?auto=1486>.
- 5 Os trabalhos de Michel Kalecki (1997), Schumpeter (2006) e Anthony Downs (1999) podem ser vistos como as primeiras tentativas de desenvolvimento de modelos formais para a análise do impacto das escolhas políticas dos governantes na economia. Drazen (2000), que apresenta uma análise detalhada acerca do estado da arte dos modelos de análise dos ciclos político-econômicos, afirma que “Short-term fluctuations in U.S. voting behavior: 1898-1964”, de Kramer (1971), é provavelmente o primeiro estudo empírico detalhado sobre como o estado da economia afeta o comportamento eleitoral.
- 6 A literatura empírica sobre ciclos político-econômicos é imensa. Além dos trabalhos analisados neste texto, também podem ser considerados de especial relevância para o entendimento da teoria, autores como: Drazen (2000), Dorussen e Taylor (2002); Frey (1997); Fiorina (1981, 1997); Lewis-Beck (1988); Lewis-Beck e Paldam (2000); Lewis-Beck e Eulau (1995); Lewis-Beck, Norpoth e Lafay (1991); Tufte (1978); e Willet (1988).
- 7 Existe na literatura sobre o comportamento dos governos em relação aos eleitores uma abordagem conhecida como Model of Electoral Control. Esta se baseia na aplicação do modelo Principal (eleitores) – Agente (governantes). Os principais autores dessa perspectiva são Barro (1973) e Ferejohn (1986). Para o primeiro, o governante no início do governo escolhe o nível de gasto público que lhe traria o maior “ganho político privado”. Para atingir esse objetivo, ele impõe à sociedade uma carga tributária específica. Contudo, existe o perigo de o gasto do governo ser maior que o nível desejado pelos cidadãos, comprometendo, dessa forma, o “ganho político privado” do governante. Ao final do governo, os eleitores decidem se reelegem ou não o governante em função dessa relação. Para o segundo, o desempenho do governo depende da performance do governante, não de suas ações individuais. O esforço do governante em melhorar seu desempenho é uma variável que não pode ser mensurada pelos eleitores, isso porque o resultado das ações do governo pode ser consequência de acontecimentos fora de seu controle. No termo do governo, os eleitores decidem ou não se reelegem o governante. Para Ferejohn, a reeleição pode ser um estímulo para o governante melhorar seu desempenho administrativo.
- 8 Os estudos para outros países têm avançado rapidamente. Argentina: Alvarez (2005) e Rumi (2005); México: Magaloni (2000) e Grier e Grier (2000); Egito: Blaydes (s/d); Índia: Chaudhuri e Dasgupta (2005) e Khemani (2004); Japão: Yoo (1998) e Kohno e Yoshitaka (1990).

Também têm avançado os estudos comparativos sobre a América Latina como: Borsani (2003), Sparnakos (s/d) e Amorim Neto e Borsani (2002).

- 9 O trabalho de Blais e Nadeu (1992) pode ser o primeiro a procurar explicar o comportamento oportunista dos governos subnacionais em países federais. Esses pesquisadores investigaram a relação entre gasto público e eleições em dez províncias canadenses entre 1951 e 1984, encontrando evidências da existência de um ciclo eleitoral de pequena intensidade, observável apenas nos anos eleitorais nas despesas sociais e estradas.
- 10 A Curva de Phillips pode ser caracterizada pela seguinte fórmula: $\gamma_t = \gamma + \gamma(\pi_t - \pi_t^e)$, $\gamma > 0$. Onde a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) é caracterizado por γ ; a taxa de crescimento natural por $\bar{\gamma}$; a variável que capta o impacto positivo dos votantes quanto à inflação por γ ; a taxa de inflação atual por π_t e a expectativa quanto à taxa de inflação futura por π_t^e ;
- 11 A noção de que as expectativas são adaptativas significa que o eleitorado irá formar sua expectativa sobre a inflação futura baseada no passado. Um modelo simples disso é dado pela seguinte equação: $p_t^e = p_{t-1} + \theta(p_{t-1}^e - p_{t-1})$, $0 < 1$. A inflação esperada (p_t^e) em t é igual à inflação (p) do período anterior se as expectativas anteriores ($t-1$) forem corretas. O parâmetro θ é um termo de ajustamento parcial para erros de previsão cometidos. De acordo com Nordhaus, os erros de previsão permitem ao governo manipular os agregados macroeconômicos e aumentar suas chances de reeleição. Essa afirmação não tem se confirmado por análises empíricas. Paldam e Nannestad (2000), analisando o conhecimento dos eleitores dinamarqueses sobre o funcionamento da economia e suas expectativas sobre a evolução futura, afirmam que a grande maioria das pessoas sabe pouco sobre economia e normalmente não elaboram expectativas para a inflação.
- 12 MacRae (1977), ao analisar quatro eleições presidenciais norte-americanas (1957 a 1972), percebe forte evidência de ciclo político. Contudo, afirma que a percepção original de Nordhaus, de que o eleitor é “míope”, não é capaz de explicar os resultados de todos os períodos eleitorais. A hipótese de MacRae é de que, em certas circunstâncias, o voto estratégico explica melhor o comportamento do eleitorado.
- 13 A teoria das expectativas racionais é utilizada para explicar situações onde os resultados dependem parcialmente do que as pessoas esperam que aconteça. Um exemplo é a situação futura de uma economia, de acordo com Sargent (2008), a teoria preconiza que ela não deve diferenciar-se muito do que os consumidores esperam dela. Para o caso da inflação (p), a teoria preconiza que ela deverá ser é igual à esperada (p^e), mais um termo de erro (e), ou seja, $p = p^e + e$.
- 14 Em “Alternative approaches to the political business cycle”, Nordhaus (1989) fez uma avaliação geral do desenvolvimento da Teoria dos Ciclos Eleitorais, centrando-se especialmente nas respostas às críticas de seu modelo de análise.
- 15 “[...] deveria ser enfatizado que as eleições não são necessariamente uma coisa má, somente porque elas resultam em inflação excessiva ou em uma distribuição subótima das distorções fiscais ao longo do tempo. Por realizarem eleições, o público pode ter um governo mais competente, na média”.
- 16 Preconizando que os eleitores são votantes prospectivos e que consomem o máximo de informação disponível para formar as expectativas sobre a situação da economia.

- 17 O Modelo Partidário Racional traz uma novidade importante: a interação estratégica entre o Executivo e o Legislativo e a importância da estrutura institucional do sistema político. Nos modelos até agora estudados, ou o governo, ou o partido que assume o governo, comanda a economia. Todos ignoraram um elemento fundamental da democracia contemporânea, que é o papel da estrutura institucional sobre as escolhas estratégicas dos atores. A política econômica reflete também essa estrutura, a forma como os partidos estão organizados e o Legislativo tem um impacto real no desenvolvimento da economia.
- 18 “[...] aumentos salariais nominais refletem racionalmente a antecipação da inflação ao mesmo tempo que os contratos são assinados.”
- 19 Uma questão ocasional é que, se um partido adotar políticas econômicas que sejam desviantes quanto à sua posição ideológica, ele certamente produzirá ciclos político-econômicos pós-eleitorais mais significativos. Contudo, eles poderiam perder reputação, o que teria impactos negativos no futuro.
- 20 Até o período próximo da eleição, quando a incerteza eleitoral provocará novo ciclo.
- 21 “[...] a crítica final refere-se ao papel central jogado pela incerteza sobre quem ganhará uma eleição. O Modelo Partidário Racional prediz uma correlação positiva entre a extensão da surpresa eleitoral e o tamanho dos movimentos pós-eleitorais na atividade econômica real. Se um resultado da eleição pode ser previsto, deveria haver pouca incerteza sobre a política monetária após a eleição, e, portanto, pouco efeito sobre a atividade econômica.”
- 22 “[...] O Modelo Oportunista tem sido amplamente testado econometricamente para os Estados Unidos e outros países, com a maior parte dos estudos encontrando pouca sustentação para o modelo básico de Nordhaus de um ciclo de atividade econômica [...]. E nem é possível nem útil sumarizar todos os estudos, exceto para dizer que é bastante clara a rejeição ao modelo simples para os Estados Unidos”.
- 23 Alt e Chrystal (1983, p. 125) afirmam que “ninguém pode ler a literatura de ciclos político-econômicos sem ser atingido pela falta de evidências”.
- 24 Franzese Jr. e Jusko (2006) argumentam que parte da incapacidade dos modelos empíricos de construírem explicações válidas pode ser explicada pelo que eles denominam de “negligência dos pesquisadores acerca das interações contextuais” que existem nas relações entre a política doméstica e a internacional, quanto à economia e à política, e os contextos estratégicos, conjunturais e institucionais, que envolvem eleitores e políticos. “A magnitude, regularidade e conteúdo dos ciclos político-econômicos irão variar com esses contextos” (p. 546).
- 25 Candel-Sánchez (2007) afirma que o ciclo político deve ser considerado um fenômeno amplamente difundido nas democracias capitalistas. Já Carey e Lebo (2006, p. 543) escrevem que “é quase uma realidade empírica indiscutível que os fatores econômicos influenciam a popularidade de um governo e sua sorte eleitoral”.
- 26 *Grosso modo*, podemos classificar as variáveis dependentes utilizadas para analisar o ciclo eleitoral em dois grupos: (a) dados macroeconômicos, como, por exemplo: crescimento do PIB, desemprego, renda e inflação; e (b) política econômica, tributária e fiscal: transferências gover-

namentais, emissão de moeda, taxa de câmbio, aumento e redução de impostos, gastos públicos, aumento de salário do funcionalismo etc.

- 27 “[...] A resposta varia de um país a outro. Poderia ser o desemprego, inflação ou crescimento, talvez medido de forma perceptível, talvez com certo atraso. Essa variabilidade da mensuração não é uma fraqueza teórica. Pelo contrário, ela integra, como deveria, a história institucional do desempenho econômico e os relatórios estatísticos daquele determinado país. Além disso, ela está em harmonia com os valores de determinado contexto político, como feito nos estudos positivos *cross-national*. As instituições eleitorais, que se moldam à distribuição da responsabilidade econômica política em uma nação, podem afetar muito. Onde o governo é liderado por um partido, em vez de várias coligações, o *link* economia-classe política é especialmente forte”.
- 28 O período de 1969 a 1972 corresponde à primeira administração Nixon, caracterizada por taxas de desemprego mais altas no início do governo e mais baixas no fim. Nordhaus (1975, p. 187) afirma que “o programa econômico durante a primeira administração Nixon nos Estados Unidos foi um caso exemplar de planejamento para o ciclo político-econômico”. Para análise da perspectiva da teoria dos ciclos políticos do governo Nixon, ver Keller e May (1984).
- 29 Um exemplo desta abordagem pode ser encontrada em Amorim Neto e Borsani (2002), que, analisando vários países latino-americanos, chegaram à conclusão de que presidentes filiados a grandes partidos políticos, com gabinetes ministeriais estáveis e mais à direita no *continuum* ideológico, tendem a produzir balanços fiscais mais positivos. A hipótese clássica de que o ciclo eleitoral deteriora o resultado fiscal também foi confirmada.

Bibliografia

- ALESINA, Alberto. (1987), “Macroeconomic policy in a two-party system as a repeated game”. *Quarterly Journal of Economics*, 78: 651-78.
- _____. (1988), “Credibility and policy convergence in a two-party system with rational voters”. *The American Economic Review*, 78, 4: 796-805.
- ALESINA, Alberto; ROSENTHAL, H. (1985), *Partisan politics, divided government and economy*. Cambridge, Cambridge University Press.
- ALESINA, Alberto; ROUBINI, Nouriel; COHEN, Gerald (1997), *Political cycles and the macroeconomy*. New York, Cambridge University Press.
- ALT, James; CHRYSTAL, Alex K. (1983), *Political economics*. Los Angeles, University of California Press.
- ALVAREZ, Sebastián (2005), “Gasto político electoral: el caso de las ATN en Argentina”. Instituto de Economía e Finanzas. Facultad de Ciencias Económicas. Universidad Nacional de Córdoba. Disponível em: <http://www.eco.unc.edu.ar/ief/observatorio/nov05_alvarez.pdf>.
- AMORIM NETO, Octavio; BORSANI, Hugo (2002), “Os determinantes políticos do comportamento fiscal na América Latina”. Rio de Janeiro, Ipea/Pnud.
- BARRO, Robert (1973), “The control of politicians: an economic model”. *Public Choice*, 14: 19-42.

- BECK, Nathaniel (1987), "Elections and the FED: is there a political monetary cycle?". *American Journal of Political Science*, 31, 1: 194-216.
- BORSANI, Hugo (2003), *Eleições e economia: instituições políticas e resultados macroeconômicos na América Latina (1979-1998)*. Rio de Janeiro, IUPERJ.
- BLAIS, André; NADEU, Richard (1992), "The electoral budget cycle". *Public Choice*, 74: 389-403.
- BLAYDES, Lisa (s/d), "Electoral budget cycles under authoritarianism: economic opportunism in Mubarak's Egypt". Department of Political Science, University of California, Los Angeles. Disponível em: <<http://www.stanford.edu/~blaydes/Budget.pdf>>.
- CANDEL-SÁNCHEZ, Francisco (2007), "Incentives for budget disciplines in the presence of elections". *European Journal of Political Economy*, 23: 863-84.
- CAREY, Sean; LEBO, Matthew J. (2006), "Election cycles and the economic voter". *Political Research Quarterly*, 59: 543-56.
- CHAUDHURI, Kausik; DASGUPTA, Sugato (2005), "The political determinants of central government's policies in India: an empirical investigation". *Journal of International Development*, 17, 7: 957-78.
- CLARK, William R. (2003), *Capitalism, not globalism: capital mobility, central bank independence, and the political control of the economy*. Ann Arbor, University of Michigan Press.
- COSSIO, Fernando A. (2001), "O comportamento fiscal dos estados brasileiros e seus determinantes políticos". *Economia*, 2, 1: 209-58.
- DORUSSEN, Han; TAYLOR, Michael (eds.). (2002), *Economic voting*. University of Mannheim, Routledge.
- DOWNS, Anthony (1999), *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo, Edusp.
- DRAZEN, Alan (2000), *Political economy in macroeconomics*. New Jersey, Princeton University Press.
- FAIR, Ray (1978), "The effects of economic events on votes for president". *Review of Economics and Statistics*, 60: 133-59.
- FEREJOHN, John (1986), "Incumbent performance and electoral control". *Public Choice*, 50: 5-26.
- FRANZESE Jr., Robert; JUSKO, Karen L. (2006), "Political-economic cycles", in Donald Wittman; Barry Weingast (eds.), *Oxford handbook of political economy*. New York, Oxford University Press.
- FREY, Bruno (ed.) (1997), *Political business cycles*. Cheltenham, England; Lyme, EUA, E. Elgar Publishing (An Elgar Reference Collection: The International Library of Critical Writing in Economics, 79).
- FREY, Bruno; SCHNEIDER, Friedrich (1978), "An empirical study of politic-economic interaction in the United States". *Review of Economics and Statistics*, 6, 2: 174-83.
- FIALHO, Tânia (1997), "Testando a evidência de ciclos políticos no Brasil". *Revista Brasileira de Economia*, 51, 3: 379-89.

- FIORINA, Morris P. (1981), *Retrospective voting in American national elections*. New Haven, Yale University Press.
- _____. (1997), "Voting behavior", in Dennis C. Mueller (ed.), *Perspectives on public choice – a handbook*. Cambridge, Cambridge University Press.
- GAMA NETO, Ricardo Borges (2007), *Refém, cenoura ou porrete: federalismo, comportamento fiscal e ciclo político*. Tese de doutorado. Recife, PPGCP/UFPE.
- GOLDEN, David; POTERBA, James (1980), "The price of popularity: the political business cycle reexamined". *American Journal of Political Science*, 24: 696-714.
- GRIER, Robin; GRIER, Kelvin (2000), "Political cycles in nontraditional settings: theory and evidence from the case of Mexico". *Journal of Law and Economics*, 43, 1: 239-63.
- HIBBS, Douglas. (1977), "Political parties and macroeconomic policy". *American Political Review*, 71, 4: 1467-87.
- _____. (1987a), *The American political economy: Electoral policy and macroeconomics in contemporary America*. Cambridge, Harvard University Press.
- _____. (1987b). *The political economy of industrial democracies*. Cambridge, Harvard University Press.
- KALECKI, Michel (1997), "Political aspects of full employment, in political business cycles", in Bruno S. Frey (ed.), *Political business cycles*. Cheltenham, England; Lyme, EUA, E. Elgar Publishing (An Elgar Reference Collection: The International Library of Critical Writing in Economics, 79).
- KELLER, Robert R.; MAY, Ann M. (1984), "The presidential political business cycle of 1972". *CBA Faculty Publications*. Nebraska, College of Business Administration, University of Nebraska-Lincoln.
- KHEMANI, Studi (2004), "Political cycles in a developing economy: effects of election in Indian states". *Journal of Development Economics*, 73, 1: 125-54.
- KOHNO, Masaru; YOSHITAKA, Nishizawa (1990), "A study of the electoral business cycle in Japan: elections and government spending on public construction". *Comparative Politics*, 22, 2: 151-66.
- KRAMER, Gerald H. (1971), "Short-term fluctuations in U.S. voting behavior: 1896-1964". *American Political Science Review*, 65: 131-43.
- KRAUSE, George A. (2004), "Electoral incentives, political business cycles and macroeconomic performance: empirical evidence from post-war US personal income growth". *British Journal of Political Studies*, 35: 77-111.
- LACHLER, U. (1978), "The political business cycle: a complementary study". *Review of Economic Studies*, 45: 131-43.
- LEWIS-BECK, Michael S. (1988), *Economics and elections: the major western democracies*. Ann Arbor, Michigan University Press.
- LEWIS-BECK, M. S.; PALDAM, Martin (2000), "Economic voting: an introduction". *Electoral Studies*, 19: 113-121.

- LEWIS-BECK, Michael S.; EULAU, Heinz (eds.) (1995), *Economic conditions and electoral outcomes: The United States and Western Europe*. New York, Algora Publishing.
- LEWIS-BECK, Michael S.; NORPOTH, Helmut; LAFAY, Jean D. (1991), *Economic and politics: the calculus of support*. Michigan, University of Michigan Press.
- LEWIS-BECK, Michael S.; STEGMAIER, Mary (2000), "Economic determinants of electoral outcomes". *Review Political Science*, 3: 183-219.
- MacRAE, Duncan (1977), "A political model of the business cycle". *The Journal of Political Economy*, 85, 2: 239-63.
- MAGALONI, Beatriz (2000), "Institutions, political opportunism and macroeconomic cycles: México, 1970-1998". Stanford University. Disponível em: <<http://sshi.stanford.edu/Conferences/1999-2000/SpringPapers/magaloni.pdf>>.
- McCALLUM, Bennett T. (1978), "The political business cycle: an empirical test". *Southern Economic Journal*, 44: 504-15.
- NORDHAUS, William (1975), "The political business cycle". *The Review of Economic Studies*, 42: 19-42.
- _____. (1989), "Alternative approaches to the political business cycles". *Brooking Papers on Economic Activity*, 2: 1-49.
- NORPOTH, Helmut (1985), "Politics, economics and the cycle of presidential popularity", in Heinz Eulau; Michael Lewis-Beck (eds.), *Economics and Electoral Outcomes*. New York, Agathon.
- PALDAM, Martin; NANNESTAD, Peter (2000), "What do voters know about the economy? A study of Danish data, 1990-1993". *Electoral Studies*, 19: 363-91.
- PERSSON, Torsten; TABELLINI, Guido (1990), *Macroeconomic policy, credibility and politics*. New Jersey, Harwood Academic Publishers.
- PREUSSLER, Athos; PORTUGAL, Marcelo (2002), *Um estudo empírico dos ciclos político-econômicos no Brasil*. Porto Alegre, PPGE/UFRG (Texto para Discussão, 5).
- ROGOFF, Kenneth (1990), "Equilibrium political budget cycles". *American Economic Review*, 80: 21-36.
- ROGOFF, Kenneth; SIBERT, Anne (1988), "Elections and macroeconomic policy cycles". *Review of Economic Studies*, 55: 1-16.
- RUMI, Cecilia (2005), "Electoral cycles in federal transfers: evidence from Argentina". Universidad Nacional de La Plata. Disponível em: <http://pubchoicesoc.org/papers_2006/rumi.pdf>.
- SALVATO, Marco Antônio et al. (2007), *Ciclos políticos: um estudo sobre a relação entre flutuações econômicas e calendário eleitoral no Brasil, 1985-2006*. Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec Minas Gerais) (Working Paper, 42).
- SARGENT, Thomas J. (2008), "Rational expectations", in David R. Henderson (ed.), *The concise encyclopedia of economics*. Disponível em: <<http://www.econlib.org/library/Enc/RationalExpectations.html>>.

- SCHUMPETER, Joseph A. (2006), *Business cycles: a theoretical, historical and statistical analysis of the capitalist process*. Mansfield Centre, USA, Martino Publishing.
- SOUZA, Saulo S. (2008), *A fria austeridade das regras fiscais resiste ao calor das urnas? Oportunismo fiscal e contabilidade criativa dos estados brasileiros*. Tese de doutorado. Recife, UFPE.
- SPARNAKOS, Tony (s/d), "Political business cycles in emergent markets: Brazil, Venezuela e Argentina". Disponível em: < <http://sitemason.vanderbilt.edu/files/cpkY6I/Spanakos%20Tony.pdf> >.
- TUFTE, Edward R. (1978), *Political control of the economy*. Princeton, Princeton University Press.
- VAN DER BRUG, Wouter; FRANKLIN, Mark; VAN DER EIJK, Cees (2007), *Economy and the vote: effects of economic conditions on vote preferences and election outcomes in fifteen countries*. Cambridge, Cambridge University Press.
- WILLET, Thomas D. (ed.) (1988), *Political business cycles: the political economy of money, inflation and unemployment*. Durham, Duke University Press.
- WRIGHT, Gerald (1974), "The political economy of New Deal spending". *Review of Economics and Statistics*, 56, 1: 20-9.
- TEIXEIRA, M. F. (2001), *Composição dos gastos dos estados brasileiros, 1983/99*. Brasília: Escola de Administração Fazendária (Esaf) (VII Prêmio Tesouro Nacional).
- YOO, Keum-Rok (1998), "Intervention analysis of electoral tax cycle: the case of Japan". *Public Choice*, 96, 3-4: 241-58.

Artigo recebido em fevereiro/2008

Aprovado em outubro/2008

Resumo

Eleições, Economia e Ciclo Político: uma Revisão da Literatura Clássica

Este artigo tem como objetivo discutir as principais teorias de ciclos político-econômicos. O problema central é entender como os políticos que este contabilidade criativa no governo manipulam as normas que regulam a atividade econômica a seu favor em períodos eleitorais. As teorias possuem duas premissas básicas: (1) a opinião dos eleitores sobre o governo varia de acordo com o desempenho da economia (os elementos centrais dessa avaliação são: nível de emprego, taxa de inflação e crescimento econômico); e (2) o governo sabe qual avaliação fazem os eleitores das condições macroeconômicas do país, e, se essa avaliação for negativa, irá buscar compatibilizar o estado atual da economia para o mais próximo possível do ideal esperado pelo eleitorado. A análise da literatura demonstra que inexistem conclusões definitivas.

Palavras-chave: Ciclo eleitoral; Comportamento político; Eleições; Economia; Curva de Phillips.

Abstract

Elections, the Economy, and the Political Cycle: a Review of Classic Literature

This article aims at discussing the main theories on political-economical cycles. The central problem is realizing how politicians in office will manipulate the norms that regulate the economic activity in their own favor during electoral periods. Theories include two basic premises: (1) the opinion of voters on the government varies according to the performance of the economy (central elements of such rating being: level of employment, inflation rate, and economic growth); and (2) the government knows how voters rate the macro-economical conditions of the country, and should such rating be negative, will seek to match the current economic situation to the closest possible to the expectations of voters. An analysis of the literature evidences the inexistence of definite conclusions.

Keywords: Electoral cycle; political behaviour; Elections; Economy; Phillips Curve.

Résumé

Élections, Économie et Cycle Politique: une Révision de la Littérature Classique

Cet article propose une discussion à propos des principales théories de cycles politico-économiques. La question centrale est comprendre de quelle façon les hommes politiques qui occupent un poste au gouvernement manipulent, en leur bénéfice et pendant les périodes électorales, les normes qui réglementent l'activité économique. Les théories possèdent deux prémisses de base : (1) l'opinion des électeurs à propos du gouvernement varie suivant la réussite de l'économie (les éléments centraux de cette évaluation sont : le niveau d'emploi, le taux de l'inflation et la croissance économique) ; et (2) le gouvernement connaît l'évaluation faite par les électeurs des conditions macro-économiques du pays et, si cette évaluation s'avère négative, il cherchera à comptabiliser l'état actuel de l'économie vers le plus proche possible de l'idéal attendu par l'électorat. L'analyse de la littérature démontre qu'il n'existe pas de conclusions définitives.

Mots-clés: Cycle électoral; Comportement politique; Élections; Économie; Courbe de Phillips.